

Pressionado, Lira defende sistema eleitoral, e Bolsonaro fica isolado

ELEIÇÕES 2022

AMPLA E IRRESTRITA Bancos aderem a reação pró-democracia; Arthur Lira sai do silêncio e defende urnas

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS, ALICE CRAVO, JUSARA SOARES, MANOEL VENTURA E SERGIO ROKO

Manifestos pró-democracia articulados por lideranças empresariais e do meio jurídico ganharam ainda mais força com adesões como da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), e um dos documentos já supera as 100 mil assinaturas, incluindo setores do agronegócio, segmento em que o presidente Jair Bolsonaro tem forte apoio. Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quebrou o silêncio sobre o assunto e afirmou confiar no sistema eleitoral, aumentando o isolamento do titular do Palácio do Planalto. Em outra frente, o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Luís Carlos Gomes Mattos, disse que não é função das Forças Armadas fiscalizar as eleições (mais detalhes abaixo).

Lira havia sido uma das poucas autoridades a não se pronunciar sobre os ataques feitos pelo presidente em evento promovido há dez dias no Palácio da Alvorada, com embaixadores estrangeiros. Na ocasião, Bolsonaro criticou o sistema eleitoral e reiterou seu posicionamento de confronto com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

— Dei mais de 20 mensagens, mundo afora e internas, de que sempre fui a favor da democracia e de eleições transparentes e confio no sistema eleitoral. Não precisa de qualquer movimento público ou político (para) que isso se apresente de maneira sempre necessária. Instituições no Brasil são fortes, são perenes e não são e nunca serão redes sociais — afirmou Lira.

Num sinal de preocupação com o isolamento de Bolsonaro, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, esteve ontem com o presidente do TSE, Edson Fachin, em reunião na qual, segundo relatos ao GLOBO, ele procurou

MOBILIZAÇÕES EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Lideranças empresariais, dos meios jurídico e financeiro, e políticas articulam atos contra ataques ao sistema eleitoral e às instituições

Meio Jurídico

"Carta aos Brasileiros"

Com mais de 100 mil assinaturas, o documento será lido na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no dia 11 de agosto, em ato em defesa da democracia brasileira. O manifesto é apresentado pelos organizadores como reação aos reiterados ataques de Jair Bolsonaro ao sistema eleitoral e às instituições, embora não mencione o nome do presidente.

Alguns dos signatários



Meios empresarial e financeiro

"Em Defesa da Democracia e da Justiça"

O manifesto, que deve ser divulgado na próxima semana, pretende mostrar que ataques às instituições e ao estado de direito não têm respaldo das grandes empresas brasileiras e, apesar de não citar Jair Bolsonaro, é uma crítica aos questionamentos, sem provas, feitos pelo presidente ao sistema eleitoral brasileiro.

Meio Político

Ato em defesa da Justiça Eleitoral

Evento deve reunir no Rio, em 1º de agosto, representantes de pelo menos 11 partidos.

Algumas das presenças confirmadas



"distensionar" a relação da Justiça Eleitoral com o Planalto e afirmou confiar no sistema eleitoral.

Outra reação aos ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral e às instituições está sendo articulada pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, por meio de um manifesto intitulado "Em Defesa da Democracia e da Justiça", que recebeu ontem a adesão da Febraban, como antecipado pelo GLOBO. Go-

mes tem defendido que o documento não deve ser visto como apoio eleitoral a qualquer presidenciável. Ele é filho de José Alencar, ex-vice-presidente nos mandatos de Lula.

O texto colhe assinaturas institucionais, diferentemente da "Carta aos Brasileiros" articulada por juristas e pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Este outro documento, publicado na terça-feira, já ultrapassou a marca de 100 mil assinaturas, incluindo a

de 12 ex-ministros do STF, além de empresários, políticos e artistas.

"CARTINHA"

Os manifestos não mencionam Bolsonaro, mas ambos têm a mesma intenção: evidenciar que quaisquer ataques às instituições e ao estado de direito não são respaldados pela sociedade civil.

Em resposta a essas articulações, Bolsonaro afirmou, ontem, que não precisa de "nenhuma cartinha" para fa-

lar que "defende a democracia" nem de sinalização de apoio de "quem quer que seja" para mostrar que o caminho é "democracia, liberdade e respeito à Constituição".

O manifesto da Fiesp ainda está em negociação e deve ser divulgado na próxima semana. Ele será lido no dia 11 de agosto, em evento na Faculdade de Direito da USP. No mesmo dia, um outro ato público, no mesmo lugar, contará com a presença do ex-ministro do STF Celso de

Mello, que lerá a "Carta aos Brasileiros". E no dia 1º de agosto, no Rio, lideranças de, entre outros, PT, PSDB, PSD, Cidadania, PV e PSOL farão ato em defesa da Justiça Eleitoral e pela não violência.

— O tom do manifesto é equilibrado. Chamamos a atenção para que, neste processo eleitoral polarizado, as instituições funcionem e que preservemos o estado democrático de direito, com respeito entre os Poderes — diz Venilton Tadini, da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), sobre o documento da Fiesp.

Segundo o advogado e membro da Comissão Arns Oscar Vilhena Vieira, o documento empresarial foi articulado pelo presidente da Fiesp e pelo Comitê de Defesa da Democracia, formado pelo próprio Vilhena e por, entre outros, a socióloga Neca Setúbal; o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga; a cientista política Maria Hermínia Tavares de Almeida; e o ex-ministro Raul Jungmann.

DIVERGÊNCIAS SUSPENSAS

Estão nesse mesmo comitê figuras que já foram adversárias na política brasileira, como os ex-ministros da Justiça Miguel Reale Júnior, um dos proponentes do pedido de impeachment contra Dilma Rousseff, e José Eduardo Cardozo, que defendeu a ex-presidente no processo de afastamento.

— É um texto com participação ampla de segmentos da indústria, do agronegócio e do setor financeiro. Deve ser abrangente e dizer que não serão aceitos ataques ao sistema eleitoral, aos tribunais e a seus ministros — afirma Vilhena.

O documento já tem o apoio da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), cujo presidente do conselho é o ex-ministro da Agricultura Blairo Maggi (PP); da Câmara Americana de Comércio Para o Brasil (Amcham), presidida por Luiz Pretti (ex-Cargill); e do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), que tem o empresário Dan Ioschpe na presidência do conselho.

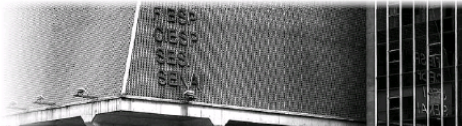
Em nota, a Febraban informou que o apoio ao manifesto foi decidido pela maioria dos membros de suas instâncias de governança. A federação reúne 116 bancos, entre eles Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Safra e BTG Pactual.

O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, também associados à Febraban, votaram contra a adesão ao texto por verem nele um ato político de crítica a Bolsonaro.



Trecho

"Ataques infundados e desacompanhados de provas questionam a lisura do processo eleitoral e o estado democrático de direito tão duramente conquistado pela sociedade brasileira. São intoleráveis as ameaças aos demais Poderes e setores da sociedade civil e a incitação à violência e à ruptura da ordem constitucional"



Alguns dos signatários



